



ATOS AGRESSIVOS DE DOCENTES EM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

*Michelle Fuzer
Estela Maris Giordani*

Linha 10 – Pesquisa acadêmica em educação

Resumo: O presente estudo problematiza as situações de atos agressivos cometidos por professores nas relações entre professores e alunos na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. A pesquisa delimitou os seguintes objetivos específicos: a) identificar se os participantes viveram situações de agressividade causadas por professores; b) compreender se há relação entre os atos agressivos, vindo de professores e as mudanças no comportamento e rendimento das crianças; c) analisar as possíveis razões dos atos agressivos dos professores e se existe algum encaminhamento para os envolvidos; d) compreender se a formação acadêmica possibilita que os professores saibam como agir frente a situações problema. A pesquisa foi de abordagem qualitativa e teve como instrumento de coleta de dados um questionário respondido por nove pessoas (três acadêmicos do curso de pedagogia, quatro pedagogos e dois conselheiros tutelares) por meio do aplicativo de WhatsApp. Nas análises e discussões dos dados levantados na pesquisa, percebi que embora existam produções científicas, ainda persistem, nos contextos escolares, situações hostis e insolúveis no que se refere aos atos agressivos causados por professores e seus desdobramentos. Conclui-se que os atos agressivos de docentes em crianças reforçam e intensificam o comportamentos visto como indesejado pelos professores; a postura do professor influencia e desencadeia o bullying entre os pares; as razões dos atos agressivos vindos dos professores variam; há ausência de instrução, orientação e encaminhamentos nestes casos; ocorrem mudanças no comportamento e rendimento escolar dos alunos; assim como, a constatação de que os professores também podem marcar negativamente seus alunos.

Palavras-chave: Agressividade. Relação professor/aluno. Educação Infantil e Anos Iniciais.

1. Introdução

O presente trabalho é proveniente, inicialmente, de minhas vivências e experiências como aluna do ensino fundamental, mãe de uma menina que passou por episódios de *bullying* no 2º ano das séries iniciais do ensino fundamental e como acadêmica do Curso de Pedagogia. Neste trabalho, trago reflexões sobre o vínculo das ações dos pedagogos diante da agressividade das crianças, em razão de ser um problema muito complexo e de relevância social nas vivências do cotidiano nas escolas. Considero que o problema dos atos agressivos constantes e consecutivos podem, posteriormente, evoluir para a violência física e moral na sala de aula.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar os atos agressivos de docentes para com crianças da educação infantil e anos iniciais. Defini como objetivo específico: investigar as marcas que as os sujeitos trazem devido aos atos agressivos vividos com seus professores durante os primeiros anos de escolarização (educação infantil e anos iniciais); compreender a relação entre os atos agressivos vividos na relação com os professores na infância com as mudanças de

comportamento e o rendimento escolar; analisar as razões pelas quais os professores estabelecem relações agressivas com seus alunos e quais seriam os encaminhamentos que poderiam ocorrer nas escolas quando isso acontece; compreender as alternativas formativas para que os novos profissionais pedagogos tenham condições de lidar com as situações agressivas nos contextos escolares: prevenir e saber como lidar quando acontecem.

2. Metodologia

Este trabalho é de caráter descritivo exploratório, pois tem por “principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias” (GIL, 2008, p. 27) sobre um problema com pouco ou nenhum estudo anterior a respeito. Destaco ainda, que esse tipo de pesquisa não tem por pretensão testar ou confirmar uma determinada hipótese, mas sim revelar novas descobertas de quando ocorrem, porque ocorrem e o que acarreta os atos agressivos de docentes no comportamento das crianças. Da mesma forma, essa pesquisa é de caráter descritiva porque tem por objetivo estudar a relação entre variáveis. Segundo Gil (2008, p. 28), “as pesquisas descritivas são juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”.

A abordagem qualitativa, foi a escolhida devido a possibilitar uma maior representatividade na observação da realidade e das vivências. Conforme Denzin e Lincoln (2006, p. 38), “a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”. Por isso, entrevistei pedagogas, acadêmicas de pedagogia e conselheiros tutelares para que trouxessem suas contribuições baseados em suas vivências sobre as situações de interações hostis ou agressivas que observaram de docentes na educação infantil e séries iniciais. Sendo assim, os aspectos da pesquisa descritiva-exploratória, associado respectivamente a abordagem qualitativa tendem a possibilitar o esclarecimento e a reflexão do papel do pedagogo associado a agressividade das crianças, traçando características e peculiaridades das experiências vivenciadas.

Com essa pesquisa, foi possibilitada a compreensão de modo mais profundo, das nuances deste problema, que até então havia notado certa dificuldade de tratar no contexto do curso de pedagogia. Também por ser delicado e difícil de tratar, pois envolvem assuntos de direitos humanos, maus tratos, ética profissional dentre outros, sentia sempre um certo silenciamento destas questões e sobretudo, uma ausência de encaminhamentos pedagógicos para a questão. Geralmente estes assuntos entram ou na área da psicologia, direito ou da saúde. Porém, são situações frequentes e cada vez mais incidentes nos contextos escolares.

O problema implica em como compreender e como lidar com estas questões sem entrar na esfera punitiva, pois as medidas socioeducativas não previnem, quando intervém já ocorreram os fatos. Por isso, é fundamental lançar um olhar pedagógico, no sentido de compreender para prevenir e humanizar as relações no contexto das interações entre docentes e discentes, docentes

e equipe pedagógica, docentes, pais e comunidade escolar.

Para a coleta de dados usou-se a técnica de questionário individual, visto que o objetivo do trabalho foi diagnosticar e orientar o pesquisado. As questões buscaram levantar os seguintes temas: a) a experiência individual como alunos quando estavam na educação infantil e/ou anos iniciais ter passado ou perceber que colegas passaram por situações de agressões (físicas/verbais/psicológicas/morais); b) os motivos que levaram os docentes a cometer atos agressivos com seus alunos; c) mudanças ou impactos nos comportamentos e no rendimento em relação a aprendizagem escolar das crianças que sofreram agressões; d) caracterização dos alunos vítimas em bons ou maus alunos; e) interferência da postura do pedagogo no estímulo ao bullying; f) encaminhamentos que a escola, pais ou responsáveis deram as agressões ocorridas; g) discussões sobre a postura dos pedagogos na relação professor-aluno no contexto da formação inicial. O roteiro completo das perguntas está no Apêndice “A”.

O questionário foi realizado de maneira informal, por meio do aplicativo de WhatsApp, de forma estruturada e focalizada. Essa foi a técnica que considerei a mais adequada em razão de explorar a fundo algumas experiências vividas pelos entrevistados em situações específicas e a estrutura das perguntas propiciou uma ordenação inevitável para todos os participantes.

O questionário foi um instrumento composto por duas partes, a primeira parte foi organizada a fim de coletar os dados para identificar os informantes, tais como: a idade, a data de formação e o tempo de atuação em suas áreas. A segunda parte dispôs de dez questões específicas sobre a temática do estudo, permitindo que os participantes respondessem de forma espontânea às questões.

As questões foram enviadas de um arquivo e foi solicitado aos entrevistados que cada questão fosse respondida através de um único áudio. Essa medida permitiu que, no momento em que os pesquisados respondessem as questões não se desviassem do tema original. Esse modo de coleta de dados, através do aplicativo, proporcionou uma maior facilidade tanto para o pesquisador quanto para o pesquisado, pois as respostas ocorreram no momento mais apropriado para o entrevistado, além do custo zero na sua aplicação e a facilidade de supervisionar as respostas interpellando sempre que necessário para maiores esclarecimentos.

O estudo foi realizado com pedagogos formados e atuantes na área da educação, acadêmicas do curso de pedagogia que estivessem nos últimos semestres e conselheiros tutelares, todos moradores são de cidades da região central do estado do Rio Grande do Sul. A escolha dos participantes da pesquisa ocorreu de forma aleatória, através de um convite inicialmente informal feito através do WhatsApp com algumas pessoas conhecidas e outras foram por indicação. Estes foram os critérios para essa escolha dos participantes, eles ainda deveriam concordar em aceitar participar da pesquisa, prestar informações fidedignas e aderir ao termo de consentimento e livre esclarecido.

Inicialmente foram contatadas 15 pessoas para participar, sendo 4 pedagogas (P), 8 acadêmicas de pedagogia (AP) e 3 conselheiros tutelares (CT). Destes, 5 acadêmicas e 1 conselheiro tutelar não responderam à pesquisa, embora tenham se comprometido a realizar. Quando

sondados a motivação da desistência, o conselheiro tutelar relatou que não queria citar casos em que ele iria “denegrir” a imagem dos professores. Pois segundo ele, “vivemos em uma época difícil para a profissão” e sua fala poderia “ser usada de forma política contra os professores”. Uma das acadêmicas disse que as perguntas eram bem provocativas e que não se sentia confortável em falar sobre essas questões, inclusive sugeriu se poderia pular algumas questões bem importantes, caso topasse falar sobre o assunto. Enquanto outras duas acadêmicas ficaram receosas com a possível repercussão dos casos que iriam citar, pois ambas contaram em aula um pouco dos ocorridos que presenciaram. Então ficaram com medo de serem identificadas muito embora eu tenha me comprometido e garantido através do termo de confidencialidade e as duas acadêmicas restantes não responderam dentro do prazo estipulado.

A seguir, caracterizo os nove sujeitos participantes da pesquisa, destes quatro são pedagogos, três são acadêmicos de pedagogia e dois conselheiros tutelares.

P1: tem 34 anos, se formou em pedagogia em 2018 e atua na área da educação infantil há cinco anos.

P2: tem 27 anos, se formou em pedagogia em 2015 e atua há seis anos como pedagoga em uma escola privada na educação infantil.

P3: tem 36 anos, está formada em pedagogia desde 2015 e atua na área da educação há seis anos, em uma escola pública na educação infantil e em uma escola particular nas séries iniciais do ensino fundamental.

P4: tem 37 anos, se formou em pedagogia em 2020, ainda não está atuando na área da educação.

AP1: tem 46 anos, cursa os últimos semestres de pedagogia. AP2: tem 23 anos, cursa os últimos semestres de pedagogia. AP3: tem 35 anos, cursa os últimos semestres de pedagogia.

CT1: tem 35 anos, cursa direito em uma universidade particular e é conselheiro tutelar desde 2016.

CT2: tem 24 anos, cursa pedagogia em uma universidade particular e é conselheiro tutelar desde 2019.

Os dados qualitativos foram analisados, previamente, por meio da escuta e da leitura das informações recebidas pelo WhatsApp. Pois, caso houvesse necessidade de maiores esclarecimentos sobre alguma questão ou situação descrita pelo pesquisado, poderia ser solicitado de imediato. Logo após essa primeira fase, transcrevi uma a uma das vivências e experiências relatadas pelos participantes. Posteriormente, agrupei as ideias conforme cada grupo (pedagogos, acadêmicos de pedagogia e conselheiros tutelares). Em seguida, foi feito um recorte desses relatos, identificando os dados recebidos segundo as temáticas encontradas. Só depois de organizá-los de forma coerente e que fosse possível a sua compreensão, tecí reflexões fazendo link com a discussão teórica.

Quanto ao termo de confidencialidade foi esclarecido aos participantes que seria possível que pudesse acontecer algum desconforto emocional quanto ao cunho pessoal das perguntas. Devido a esses riscos, o investigado teria plena autonomia para decidir se queria participar ou

não, bem como desistir da colaboração neste estudo a qualquer momento, sem necessidade de explicação e sem nenhuma forma de penalização. A confidencialidade e privacidade das informações prestadas pelos pesquisados são garantidas. Além disso, considerando que o questionário ocorreu por telefone através do aplicativo WhatsApp, por áudios e mensagens de texto, para conferência e posterior transcrição. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi enviado, ainda que por meio digital, para os participantes, acrescentando que a concordância em participar se deu, após o envio e leitura do Termo, respondendo às questões da entrevista. Os resultados deste estudo serão divulgados apenas em eventos e/ou publicações científicas, havendo sigilo dos dados pessoais dos participantes. A qualquer momento, durante a pesquisa ou posteriormente, os pesquisados puderam solicitar ao pesquisador por meio dos contatos explicitados neste Termo.

3. Resultados alcançados

A investigação por meio dos depoimentos dos entrevistados elucidou as situações na infância de vivências de atos agressivos sofridos de professores e/ou presenciado colegas nesta situação quando crianças, ou ainda, na vida adulta vieram a testemunhar casos semelhantes. Demonstrou-se que as formas de agressões cometidas por professores deixam vestígios/sinais ocultos. No trecho a seguir, pode-se comprovar que essas situações ficaram marcadas na memória dos envolvidos quando ainda crianças, tanto como vítimas quanto por terem sido espectadores:

A AP3 alega “tristeza e vergonha por situações constrangedoras e humilhantes na frente da turma”, disse que era “frequente e comum a professora fazer xingamentos, dar gritos, beliscões e puxões de orelha” nela e em seus colegas. Relata que “a professora deixava bem claro que tinha alunos preferidos, que tecia elogios e carinho neles”.

Sendo assim, muitas destas lembranças ainda perduram após anos na memória dos que sofreram ou presenciaram. Para minha surpresa, não esperava um número significativo de depoimentos que constataram que, infelizmente, ainda existe uma regulação externa aos sujeitos através das agressões físicas, verbais, psicológicas e morais na convivência escolar, na relação entre professores-alunos. Apesar da autora Telma Vinha trazer em seu artigo esse entendimento bem explícito ao afirmar que:

Sabíamos que não podia gritar, não podia estrangular, mesmo sendo nossa vontade, não podia colocar de castigo, não podia bater. Nós sabíamos o que não fazer, mas não sabíamos quais procedimentos eram adequados para lidar com essas questões do desenvolvimento da moralidade, da autonomia, da disciplina (VINHA,1997, p. 16).

O fato é que existiu e ainda acontece uma constante vigilância punitiva, ação essa constatada na pesquisa, pois foi quase unânime a resposta de todos os entrevistados ao relatarem que já presenciaram algum tipo de agressão física, verbal, psicológica ou moral de algum colega ou professor. Apenas a P2 falou que não presenciou, mas que ficou sabendo, porém um dos casos

mais graves na minha opinião, por se tratar da sua auxiliar de turma e do rumo que essa situação chegou. A seguir seguem alguns destes relatos feitos na pesquisa:

[...] P1 disse já ter ouvido de uma colega: “que guria chata, só incomoda essa cria chorona, que abusada, nojenta”, e tudo isso na base dos gritos de “fica quieto, não mexe aí, senta aqui, saí, vem”. Formas mais brutais como cita a P3: “aos berros e puxões pelo braço o menino foi retirado do palco de apresentação e lhe foi dito que jamais ele teria outra oportunidade na escola de cantar se dependesse dela”. Tudo isso segundo P3 porque o aluno ao invés de cantar uma música, cantou duas. P4 lembra que quando estagiária de uma turminha da Educação Infantil a professora responsável chegou na sala gritando: “FULANO, lugar de dormir é em casa. A criança acordou assustada, chorando e correu para os meus braços”.

Os dados revelaram que os professores marcam negativamente os seus alunos. São maneiras peculiares que alguns docentes usam para punir, adjetivar e humilhar as crianças, gerando cicatrizes que advém desta relação desigual, baseada muitas vezes no autoritarismo do pedagogo, e onde a criança, considerada por alguns docentes como um ser inferior, que lhe deve obediência e submissão a tudo que ele fala e faz. Segue o depoimento da AP3 que evidencia essa relação conturbada entre professor-aluno:

AP3 descreveu três situações pontuais, como o da professora dizer que “fulano não sabe fazer, ele não tem capacidade intelectual, porque ele tem deficiência, que não era para ele se estressar e deixar para fazer em casa com a mãe dele”, ou ainda a professora chamar determinada criança de “burra, normalmente perante a sala toda, e que ela não aprendia nada porque os pais eram ciganos e viviam trocando de escola” e outra situação foi de uma professora passar as atividades no quadro e muitas crianças não saberem ler, ela ficava chamando-os de “lerdos”, insinuando de forma sarcástica que “não eram burros e que não iria dizer o que estava escrito, que era para eles adivinhar, que eles sabiam que ela era muito exigente”.

A pesquisa trouxe ainda, por meio das entrevistas, que os atos agressivos vividos na relação com os professores na infância provocam mudanças no comportamento e no rendimento escolar. A AP3 afirmou acreditar que “ocorreram mudanças nos rendimentos destes alunos para pior, pois tinham medo, não tinham confiança em si, achavam que estavam sempre errados, que não tinham capacidade de aprender, inclusive um deles disse que sabia que era burro mesmo”, devido a sua deficiência (dislexia). Contatou-se que as agressões sofridas advindas dos professores serviram primeiro, para reforçar e intensificar um comportamento indesejado das crianças. E segundo, para desenvolver nelas o medo, a insegurança, reações violentas, o não desejo de ir à escola, o desinteresse por aprender dificultando o rendimento escolar. Ficou evidenciado na pesquisa a fala da autora Baldino, quando traz em seu texto que “esse medo da humilhação é fomentado pelo professor na medida em que não o suprime no comportamento da turma ou como ele mesmo o estimula, quando é aquele que incita a humilhação” (BALDINO, 2009, p. 53).

Logo, pude verificar, através da pesquisa, que o pedagogo tem o poder de influenciar e até desencadear que os alunos pratiquem bullying com os colegas, que sofreram algum tipo de agressão promovida pelo professor. Isso significa que os entrevistados garantem que a postura

inadequada do professor em sala de aula com os discentes, fundamenta as condutas típicas do bullying entre alunos-alunos. Até porque, para os sujeitos da entrevista, o pedagogo ainda é o exemplo moral que muitas crianças possuem e seguem. Abaixo segue parte da fala de alguns entrevistados:

CT1 declarou que nas situações que presenciou era frequente que “o professor deixasse bem claro (para quem quisesse ouvir) que os alunos vítimas eram de certa forma excluídos, eram vistos como problema e os professores admitiam que não os queriam na sala de aula, assim como pronunciavam ofensas direcionadas a esses alunos”, já o CT2 menciona que o professor chamava o aluno de “burro, negro, pobre, sujo, incompetente” na frente de toda a turma.

Conseqüentemente, descobrimos que muitos dos entrevistados não têm a real percepção de quais seriam as razões da forma primitiva de que muitos pedagogos agem. Então, basicamente, os entrevistados analisaram e justificaram as atitudes agressivas dos professores de várias maneiras e formas, são elas:

A característica de sujeitos autoritários e estressados, devido a grande demanda de trabalho, cansaço, esgotamento e desgaste emocional; a falta de motivação, domínio de classe e de reconhecimento econômico e social; a incompreensão do professor de que atitudes agressivas irão gerar mais agressividade no ambiente escolar, problemas pessoais, adjetivação dos alunos, falhas na formação de professores e na gestão das escolas e do sistemas escolar, despreparo ao não saber lidar com algumas situações e achar que está agindo corretamente, a falta de empatia e conhecimento das suas responsabilidades como professor.

Constatei ainda que, as agressões vindas do pedagogo para com as crianças, na maioria dos casos, são uma forma oculta de silêncio e “camaradagem” entre os pedagogos. A omissão e a falta de coragem ao não se sentirem capazes e no direito de interferirem também veio à tona na análise dos dados. Da mesma forma, percebi que existe, na maioria das ocorrências vivenciadas, a ausência de instruções, orientações e direcionamentos adequados aos envolvidos nas situações problemas pelas escolas. Nesta perspectiva, trago a vivência de um professor que trabalha no magistério a 11 anos e que a autora Baldino relata em seu texto:

Os professores não trabalham as dificuldades nas relações que os alunos vêm de casa. Os professores acham que isso já está subentendido. As relações mudam. Os professores acham que os alunos serão como eles foram. Acham que isso já é subentendido, que determinadas coisas já estão acertadas sem precisarem ser ditas: quando eu falo, o aluno tem que ficar quieto. O mundo mudou, os alunos mudaram. Mas a maioria dos professores acha que isso já é subentendido. Então não fazem um trabalho em cima disso. Seria um trabalho mais importante de ser feito, antes até do trabalho dos conteúdos de uma disciplina (BALDINO, 2009, p. 46).

Durante a apuração dos dados, ficou evidente que existe uma clara dúvida e incerteza, por parte da grande maioria dos entrevistados, de como agir nestes casos de agressões de professores contra alunos. Neste sentido, alguns dos pesquisados propuseram, como alternativa formativa de novos pedagogos, a possibilidade de intensificar essa constatação nas universidades. Através da iniciativa de conscientizar os futuros pedagogos e assim, prevenir atos e situações que podem

se configurar em agressões. Nesta direção, trago o depoimento da autora Alícia Fernandez baseado, primeiramente, em suas vivências como aluna:

vivi a experiência de ter sido agredida, por não ser respeitada, por não ser entendida e escutada em minha originalidade, por mandatos recebidos de alguns professores que queriam que eu acreditasse que ser uma boa aluna era o mesmo que ser submissa e obediente. Durante muito tempo eu acreditei nestes mandatos, me submeti a eles e consegui até ser a melhor aluna das escolas pelas quais passei (FERNANDEZ, 1992, p. 168).

Posteriormente, abro parênteses para outra experiência da mesma autora, agora no papel de professora:

Eu sei o que sente um ensinante frente aos atos agressivos de seus alunos. Sei porque vivi a frustração, a impotência, a dor, a raiva e também aquele impulso, que às vezes surge dentro de nós, de devolver “olho por olho e dente por dente” a agressão de um aluno (FERNANDEZ, 1992, p. 168).

Exibo essas duas situações de uma mesma pessoa, talvez coincidentemente igual a de muitos, para enfatizar que ambas as vivências foram pautadas por algum tipo de agressão. Dois momentos distintos da vida de uma mesma pessoa, que poderia inconscientemente, devido ao que já passou na sua infância, reagir para controlar o aluno, assim como foi controlada outra. Portanto, trouxe para contemplação esses fatos, pois compreendo a importância de acabar com esse ciclo de agressões de crianças por professores, iniciando com o diálogo e reflexão na formação de professores. Para que assim os pedagogos tenham prudência, bom senso e saibam lidar na prática com essas posturas agressivas e autoritárias do professor em relação às crianças. Postura essa, sugerida por alguns entrevistados, como sendo a do “professor mediador”, mas que pareceu-me faltar fundamentação de que atitudes este sujeito teria ao definir essa postura de trabalho.

4. Considerações finais

Essa pesquisa não teve a pretensão de resolver o problema de indisciplina direcionando a culpa para o pedagogo, mas me sinto no dever de possibilitar um entendimento e reflexões através dos achados da investigação, para assim talvez, possibilitar a melhoria das relações entre o pedagogo e o aluno. Considero que a problematização de tal tema foi necessária a fim de enriquecer o debate em torno das possíveis causas dos atos agressivos de professores em crianças da educação infantil e anos iniciais. Portanto, podendo gerar aprendizagens para os professores, os indivíduos envolvidos e as famílias dos envolvidos nestas situações problemas, beneficiando pôr fim a sociedade como um todo.

Embora a relação professor-aluno seja permeada de conflitos e contradições e condicionada por muitos fatores internos e externos ao ser humano penso que seja pertinente um olhar atento à postura e a forma de comunicação do professor perante a turma. Neste sentido, ressalto que não é aceitável que a escola se isente com relação à educação moral destas crianças, pois elas

ficam no sistema educacional por anos, às vezes mais horas na escola do que no berço familiar. Sendo assim, como trabalhar essa formação ética e moral, almejada pelas escolas e muitas vezes descritas no PPP, e que poucos pais conhecem o que lá está expresso. Além disso, sabe-se que cada professor atua de acordo com as suas concepções de moral e, assim sendo, acaba por se refletir em suas atitudes no cotidiano em sala de aula. Ou seja, a escola deseja uma formação moral e de valores, os professores por sua vez não sabem como agir e desenvolver essas características, pois cada sujeito tem suas concepções e princípios como base. Logo, é evidente que o profissional deve ter clareza de sua função e assim, de como estabelecer interação com o seu aluno a partir dos princípios de desenvolvimento e de compreensão do outro como humano.

Esclareço que cabe ao professor, adulto na relação, o manejo de como se dará esse processo de se estabelecer uma relação harmoniosa com os alunos tendo como valor principal o respeito mútuo e o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões. Portanto, é indispensável que o pedagogo estabeleça normas e regras com a colaboração da turma, para combinarem as atitudes, condutas morais e valores que se espera na relação professor-aluno e aluno-aluno. O docente também deve ser flexível, possibilitando a interrupção da aula, sempre que necessário, para reorganizar os combinados, desenvolver noções de moral e valores. Essas ações facilitam o entendimento dos alunos, demonstrando autoridade do professor e respeito às vivências, individualidades e especificidades dos sujeitos.

Por fim, embora tenha trazido algumas questões ao debate e à reflexão, ainda percebo que muito ainda se tem para avançar tanto do ponto de vista teórico quanto prático (encaminhamento de situações de agressividade de professores para com seus alunos). Sendo assim, esta pesquisa ao ser concluída, revela a pertinência e necessidade de continuidade de estudos desta temática instigante e desafiadora que se apresenta no cotidiano da atividade profissional do pedagogo. Constata ainda, que no processo educacional, ofende-se a dignidade de cada ser humano na medida em que a suas especificidades não são conhecidas e portanto, não são levadas em consideração. Não se respeita o sujeito e aquela sua única forma de ser (MENEGETTI, 2014).

5. Referências bibliográficas

BALDINO, A. R. de O. **Vigiar sem punir? O medo na relação professor-aluno.** 2009. Disponível em: http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6252. Acesso em: 18 fev. 2021.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (orgs). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41

FERNANDEZ, A. Agressividade: qual o teu papel na aprendizagem. In: GROSSI, E. P & BORDIN, J. **A paixão de aprender.** 5. ed. Petrópolis, Vozes, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENEGHETTI, A. **Pedagogia Ontopsicológica**. 3. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2014.

VINHA, T. P. **O educador e a moralidade infantil numa perspectiva construtivista**. 1997. 2v. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251908>. Acesso em: 22 fev. 2021.